



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS DE CHAPECÓ
CURSO DE AGRONOMIA**

ASLEI TAINARA DAMIN

**A ECONOMIA INSTITUCIONAL DO PROGRAMA NACIONAL DE
ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E A AGRICULTURA FAMILIAR NO OESTE
CATARINENSE**

**CHAPECÓ
2016**

ASLEI TAINARA DAMIN

**A ECONOMIA INSTITUCIONAL DO PROGRAMA NACIONAL DE
ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E A AGRICULTURA FAMILIAR NO OESTE
CATARINENSE**

Monografia apresentada ao colegiado do Curso de Agronomia da Universidade Federal da Fronteira Sul a fim de submeter aprovação para realização de Trabalho de Conclusão de Curso, no curso de Agronomia com Ênfase em Agroecologia.

Orientador: Prof. Dr. Valdecir José Zonin

**CHAPECÓ
2016**

Damin, Aslei Tainara

A Economia Institucional do Programa Nacional de Alimentação Escolar e a Agricultura Familiar no Oeste de Santa Catarina/ Aslei Tainara Damin. -- 2016.

51 f.

Orientador: Valdecir José Zonin.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de agronomia , Chapecó, SC, 2016.

1. Políticas públicas. 2. Agricultura familiar. 3. PNAE. 4. Alimentação escolar. I. Zonin, Valdecir José, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

ASLEI TAINARA DAMIN

**A ECONOMIA INSTITUCIONAL DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO
ESCOLAR E A AGRICULTURA FAMILIAR NO OESTE CATARINENSE**

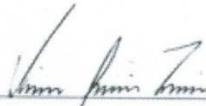
Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de Bacharel em Agronomia com ênfase em Agroecologia da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Orientador: Professor Dr. Valdecir José Zonin

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca examinadora em:

25 / 11 / 2016.

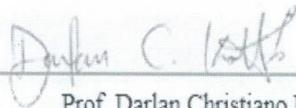
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Valdecir José Zonin - UFFS



Prof. Dr. João Guilherme Dal Belo Leite - UFFS



Prof. Darlan Christiano Kroth - UFFS

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela presença incomparável diante de todos os desafios.

A Universidade Federal da Fronteira Sul, pela oportunidade de cursar Agronomia, pelo aprendizado e o caminho para o futuro.

Ao meu orientador Professor Dr. Valdecir José Zonin, pelo empenho dedicado, paciência e exigência para elaboração deste trabalho, além da confiança e ética nele empenhados.

Agradeço a todos os professores do corpo docente da Agronomia, e aos que já deixaram a Instituição, que proporcionam conhecimento não apenas racional, mas a manifestação do caráter e afetividade da educação no processo de formação educacional. Aos professores que não apenas ensinam, mas que nos fazem aprender através de sua dedicação, onde a palavra mestre nunca fará justiça à sua dedicação.

Agradeço ao Projeto Fortalecimento da Juventude Rural no Oeste Catarinense, aos professores Valdecir, Darlan, Tomé e Willian, colaboradores e jovens participantes, pela oportunidade de aprendizado, crescimento e vivências. Sem eles este trabalho não teria existido.

Aos meus pais, pelo amor, incentivo e apoio incondicional.

Agradeço a minha mãe Maria, minha heroína que sempre me apoiou e me levantou nas horas difíceis, de desânimo e cansaço, comemorando nos momentos de sucesso.

Ao meu pai Valdelir que apesar de todas as dificuldades me fortaleceu e me guiou, socorrendo-me nos desafios da vida.

Meus agradecimentos sinceros aos amigos, companheiros de trabalho e irmãos na amizade que fizeram parte da minha formação e irão continuar presentes em minha vida e memória quando os caminhos de dividirem.

RESUMO

Os mercados institucionais foram criados para os agricultores familiares possuírem outra forma de escoar sua produção e ampliarem ou complementarem suas rendas, diversificando a produção, além de participar ativamente nas transações desta nova economia. O objetivo deste trabalho é investigar como o PNAE à luz da Nova Economia Institucional fortalece o desenvolvimento da agricultura familiar no Oeste de Santa Catarina. Este trabalho é uma iniciativa de sistematizar os dados obtidos nas entrevistas realizadas aos agricultores que forneceram ao PNAE nos anos de 2014 e 2015, a partir de 47 questionários, com perguntas abertas, semiabertas e fechadas, através do projeto de pesquisa e extensão, denominado “Fortalecimento da juventude rural no oeste de Santa Catarina”. Foram abordadas temáticas relevantes como a estrutura das propriedades familiares, os mercados institucionais que os agricultores familiares participam e a renda obtida a partir destes. O que permite compreender as principais contribuições desta política pública, relacionada à consolidação de renda agrícola na agricultura familiar e as melhorias nas ações do cooperativismo da região e a busca por ATER, sob a ótica da Nova Economia. Nos resultados, foi possível perceber que a participação do agricultor no PNAE torna-se uma fonte para complementar sua renda, possibilita a diversificação e conseqüente aumento na produção, tornando-se uma alternativa para o escoamento de seus produtos, uma vez que essas políticas valorizam o trabalho dos agricultores familiares e vincula-se a segurança alimentar e nutricional do país. Esses programas servem de incentivo para a organização coletiva dos agricultores, em forma de cooperativas e associações, com atividades complementares visando o apoio e o incentivo a produção, para aumentar a qualidade e a sustentabilidade. Nessa perspectiva, a cooperativa possui grande importância na organização e inserção dos agricultores familiares nos mercados regionais e nas transações dos alimentos. O PNAE é uma alternativa de comercialização, diversificação da produção e renda para o agricultor, contribuindo para o fortalecimento das cadeias de produção e economia local.

Palavras-chave: Agricultura Familiar. Nova Economia Institucional. Mercados Institucionais. PNAE.

ABSTRACT

Institutional markets were created for family farmers to have another way of disposing of their production and expanding or complementing incomes, diversifying production, and actively participating in the transactions of this new economy. The objective of this work is to investigate how the PNAE in the light of the New Institutional Economy strengthens the development of family agriculture in the West of Santa Catarina. This work is an initiative to systematize the data obtained from interviews conducted with the farmers who provided the PNAE in the years 2014 and 2015, from 47 questionnaires, with open, semi-closed and closed questions, through the research and extension project, called " Strengthening rural youth in the west of Santa Catarina ". Relevant themes were discussed, such as the structure of family farms, the institutional markets that family farmers participate in and the income obtained from them. This allows us to understand the main contributions of this public policy, related to the consolidation of agricultural income in family agriculture and the improvements in the cooperative actions of the region and the search for ATER, from the perspective of the New Economy. In the results, it was possible to perceive that the farmer's participation in the PNAE becomes a source to complement his income, it allows the diversification and consequent increase in the production, becoming an alternative for the disposal of its products, since these policies value The work of family farmers and is linked to the food and nutritional security of the country. These programs serve as an incentive for the collective organization of farmers, in the form of cooperatives and associations, with complementary activities aimed at supporting and encouraging production, to increase quality and sustainability. In this perspective, the cooperative has great importance in the organization and insertion of the familiar farmers in the regional markets and in the transactions of the foods. The PNAE is an alternative marketing, diversification of production and income for the farmer, contributing to the strengthening of production chains and local economy.

Keywords: Family Farming. New Institutional Economics. Institutional markets. PNAE.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1– Área total da propriedade	27
Figura 2 – Propriedades com área própria e arrendada	28
Figura 3 - Área comercial e para subsistência	29
Figura 4 - Condições da estrada	30
Figura 5 - Outras fontes de renda	31
Figura 6 – Impactos na produção e número de produtos comercializados.....	32
Figura 7 – Impacto na renda com a entrega de produtos para o PNAE	32
Figura 8 - Preço pago pelos produtos e margem de renda.....	35

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
1.1	JUSTIFICATIVA.....	11
1.2	OBJETIVOS.....	12
1.2.1	Objetivo Geral	12
1.2.2	Objetivos Específicos.....	12
2	REFERENCIAL TEÓRICO	13
2.1	A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE	13
2.1.1	Breve contexto do PNAE.....	14
2.1.2	Funcionamento do PNAE	16
2.1.3	PNAE e a Agricultura Familiar	17
2.1.4	Histórico do PNAE em Santa Catarina	18
2.2	NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL - NEI	19
2.2.1	Economia dos Custos de Transação.....	20
2.2.2	Oportunismo e Confiança nas Transações	22
3	METODOLOGIA.....	24
3.1	CARACTERÍSTICA DA PESQUISA	24
3.2	COMPOSIÇÃO DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA	24
3.3	COLETA DE DADOS	25
3.4	ANÁLISE E SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS	26
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	27
4.1	DESCRIÇÃO DOS AGRICULTORES	27
4.2	AUMENTO NA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS A PARTIR DO PNAE.....	31
4.3	MELHORIA DA RENDA COM A ENTREGA DE ALIMENTOS NO PNAE	32
4.4	PREÇO PAGO PELOS PRODUTOS E MARGEM DE RENDA	35
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	38
	REFERÊNCIAS	40
	APÊNDICE – Questionário.....	43

1 INTRODUÇÃO

A proposta desse trabalho é entender como o agricultor familiar participa do PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar na região Oeste Catarinense, os reflexos na produção e na renda, bem como as dificuldades logísticas do programa à luz da abordagem da Nova Economia Institucional – NEI.

O PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar, regido pela Lei N° 11.947 de 16 de Junho de 2009, permite o acesso à produção e consumo de alimentos oriundos da agricultura familiar aos alunos de escolas públicas de todo o país. Ofertando alimentos saudáveis e estimulando a agricultura familiar, promovendo uma transformação na alimentação das escolas e um vínculo o mais próximo possível com os produtores da região consumidora. A priorização pela compra de produtos diversos, como agroecológicos, ajuda a desenvolver a agricultura familiar de forma sustentável, fortalecendo, valorizando e diversificando a economia local. O agricultor familiar acredita que essa inclusão produtiva gera emprego no meio rural e estimula o cooperativismo, desenvolvendo cada vez mais a propriedade (FNDE, 2015).

O desenvolvimento rural da agricultura familiar vem crescendo desde a criação do PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, em 1996, promovendo acesso ao crédito agrícola e apoio aos pequenos agricultores, reforçando a defesa dessa categoria que necessitava de políticas públicas específicas (SCHNEIDER, 2006). A partir desse momento a agricultura familiar passou a ser vista como uma categoria produtiva e com potencial de se desenvolver e se fixar na economia no país. Ganhando mais investimentos e recursos do Governo a cada ano, tendo o PRONAF como precursor para a institucionalidade da gestão social.

Em termos produtivos, principalmente nos alimentos básicos, a agricultura familiar possui papel de extrema importância, pois a disponibilidade interna de alimentos no país torna-se um fator que ajuda a decidir o controle inflacionário nacional. Em regiões onde predomina a agricultura de base familiar é possível perceber que existe uma maior preservação dos recursos naturais disponíveis e com espaço físico ocupado com mais pessoas (MATTEI, 2014).

Para Bonnal e Maluf (2009), o desafio de pensar na multifuncionalidade da agricultura familiar, que é provedora de segurança alimentar e nutricional, como uma simples abordagem territorial exige uma escala que não desconsidere a unidade familiar, mas que leva em conta a

complexidade das relações sociais e econômicas, nas redes constituídas, nas diferenças e nos conflitos de territórios.

Segundo Saraiva (2013), o estímulo e o apoio à agricultura familiar mostram-se relevantes para a formulação e a implementação de ações municipais de desenvolvimento local, visando o direito humano a uma alimentação adequada. Então, a produção de alimentos, principalmente providos da agricultura familiar, se fortalece com iniciativas de articulação de políticas públicas, como o PNAE.

O PNAE como política pública, possibilita valorizar o modo de vida dos agricultores familiares, dando espaço para uma produção diversificada de alimentos e ampliando os mercados institucionais. O território passa a ter novas formas, novas organizações de distribuição e arranjo nos mercados institucionais, configurando-se como mecanismos de desenvolvimento rural (DENTZ; RAMBO, 2015). Diante disso, essa nova forma de uso do território torna-se promotora de um modelo mais sustentável, que aproxima a produção de pequenos agricultores familiares e o consumo de alimentos, contribuindo para uma reconexão da cadeia alimentar e uma relação mais estreita (TRICHES; SCHNEIDER, 2010).

Em razão do reconhecimento da importância dessa pluriatividade e da multifuncionalidade do espaço rural, os mercados institucionais passam a ter grande importância na promoção do desenvolvimento rural. Sendo assim, entende-se que o PNAE é capaz de fortalecer a reprodução social e econômica das famílias rurais, representando um mercado garantido para os produtos alimentares produzidos nas propriedades (DENTZ; RAMBO, 2015). Para os autores Triches e Schneider (2010), é possível reconectar a produção e alimentação incentivando os circuitos curtos de comercialização, respeitando os hábitos alimentares de cada região, evitando o desperdício de energia pelo transporte a longas distâncias de alimentos. É capaz de possibilitar um uso mais sustentável do espaço, na medida em que favorece a diversificação da produção nas propriedades, contribuindo para a manutenção da biodiversidade, aliada à comercialização de produtos, anteriormente destinados especialmente ao autoconsumo.

A Nova Economia Institucional possui como objetivo a investigação da funcionalidade econômica e propriedades de eficiência de vários arranjos institucionais, como leis, contratos e formas organizacionais, além das motivações econômicas que desencadeiam e/ou influenciam os processos de mudança institucional (PONDÉ, 2007). As teorias abordadas pela Nova Economia Institucional podem auxiliar os agricultores familiares a identificar os custos, seja de produção ou todos os que estão envolvidos no processo da atividade de um determinado produto, a sua manutenção e garantia de cumprimento dos contratos acordados.

Diminuindo os custos das transações e incentivando a coordenação das atividades humanas (MATTEI, 2014).

Este trabalho é importante, pois poderá mostrar o quanto à política pública do PNAE à luz Nova Economia Institucional pode ajudar o pequeno agricultor familiar a se desenvolver, com uma pluriatividade e diversidade de produção, fornecendo alimento de qualidade para a rede pública de educação.

Logo, considera-se um tema relevante, pois permite contribuir quanto e como esta política pública pode ajudar a agricultura familiar na formação e consolidação de renda agrícola, melhorar as condições de associativismo e cooperativismo, á luz da abordagem teórica da Nova Economia Institucional.

1.1 JUSTIFICATIVA

O desenvolvimento da agricultura familiar cresceu nas últimas décadas, segundo Guanzioli et. al. (2012), um estudo da evolução da agricultura familiar entre os Censos Agropecuários do IBGE de 1996 e 2006, aponta que o número de agricultores familiares cresceu no decênio dos censos, passando a 87,95% do total de estabelecimentos agropecuários do Brasil. Um desses motivos pode ter sido devido à criação de novas políticas públicas para esta categoria. Uma dessas políticas públicas é o PNAE – Programa Nacional De Alimentação Escolar, complementando a renda da família. No oeste do estado de Santa Catarina, essa realidade não é diferente. Há um grande número de agricultores familiares, tanto agroecológicos quanto convencionais, que fornecem ao PNAE, agregando valor a sua propriedade e aumentando a renda familiar, uma vez que o valor pago ao produto seja baseado na média de venda do mercado regional. A abordagem da Nova Economia Institucional proporciona a visualização das transações desses produtos, os impostos envolvidos e os custos agregados.

A principal justificativa para realização desse projeto de estudo ocorre devido à ampla importância do agricultor complementar sua renda e perceber onde está investindo seu dinheiro, desenvolvendo sua propriedade e melhorando a qualidade de vida familiar.

Do ponto de vista acadêmico e de pesquisa o trabalho se justifica pelo fato de existir poucos estudos realizados sobre esta temática na região, principalmente no que tange ao efeito do PNAE sobre as rendas e da produção do agricultor. Do ponto de vista social e econômico, este trabalho justifica-se pela necessidade de se conhecer melhor a realidade da agricultura familiar na região oeste do estado de Santa Catarina, especificamente os fornecedores do

PNAE. Buscando conhecer as características econômicas e sociais, avaliando participação do agricultor no PNAE.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Como objetivo geral deste trabalho pretende-se investigar como o PNAE à luz da Nova Economia Institucional fortalece o desenvolvimento da Agricultura Familiar na região oeste do estado de Santa Catarina.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Caracterizar o contexto onde está inserida a agricultura familiar no Oeste de Santa Catarina;
- Identificar o aumento da renda e da produção na agricultura familiar, através do PNAE;
- Identificar potencialidades e limitações, relacionadas à participação dos agricultores no PNAE;
- Descrever as relações que envolvem a contratação de matéria prima entre as prefeituras, os agricultores e cooperativas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

No referencial teórico serão destacados alguns elementos em torno do tema que embasa este estudo, sendo uma revisão bibliográfica e uma contextualização.

2.1 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE

O PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar é regido pela Lei N° 11.947 de 16 de Junho de 2009, que diz pelo Art. 14. O total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas. 1° A aquisição de que trata este artigo poderá ser realizada dispensando-se o procedimento licitatório, desde que os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado local, observando-se os princípios inscritos no art. 37 da Constituição Federal, e os alimentos atendam às exigências do controle de qualidade estabelecidas pelas normas que regulamentam a matéria (FNDE, 2015).

A Constituição Brasileira de 1988 diz acerca do direito dos cidadãos à alimentação, que o direito a uma alimentação saudável e adequada é universal e deve ser garantido a todo o indivíduo de forma a assegurar a sua saúde e bem-estar. No Brasil esta garantia está colocada na constituição federal por meio de programas e políticas voltados à alimentação e nutrição (MELÃO, 2012).

O PNAE está inserido na Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) desde 2005 como um eixo estruturante de acesso aos alimentos.

Segundo Carvalho e Castro (2009, p.5),

a alimentação escolar envolve aspectos cultural-territoriais; interações socioeconômico ambientais; político-institucionais; de respeito ao ciclo da natureza de ofertar alimentos para atender à necessidade básica do indivíduo de não sentir fome; entre outros, a fim de promover a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA).

Assegurar uma alimentação saudável e adequada para todos é apenas uma pequena parte da importância que a questão alimentar e nutricional representam para a sociedade e o Estado é fundamental para executar as políticas públicas, como o PNAE, assegurando esses

direitos aos cidadãos (MELÃO, 2012).

Com relação ao repasse dos recursos, segundo o Fundo Nacional de Desenvolvimento e Educação, é feito diretamente aos estados e municípios, com base no Censo Escolar realizado no ano anterior ao do atendimento. O Programa é acompanhado e fiscalizado pela sociedade, por Conselhos de Alimentação Escolar (CAE), pelo FNDE, pelo Tribunal de Contas da União (TCU), pela Controladoria Geral da União (CGU) e pelo Ministério Público (FNDE, 2015).

2.1.1 Breve contexto do PNAE

O PNAE é conhecido como programa de apoio à alimentação escolar e é gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), visando à transferência de recursos financeiros aos estados e aos municípios para parcialmente, atender as necessidades nutricionais dos alunos. Considerado que é um dos maiores programas na área de alimentação escolar no mundo e o único com atendimento universalizado (FNDE, 2015).

O PNAE tem sua origem na década de 1950, a partir de ações assistencialistas do governo federal, que desenvolvia campanhas com distribuição de alimentos às escolas, possuindo objetivos com o mínimo de eficiência no que diz respeito a prestar orientação e informação de educação alimentar aos estudantes e suas famílias. Essas ações eram revestidas de mensagens para tentar melhorar a capacidade de aprendizado dos alunos e diminuir os índices de evasão e repetência nas escolas. Continuou nesse modelo durante a década de 1960, quando foi recriada a Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE), em 1965. Dos anos 1970 até 1981, a suplementação alimentar nas escolas era realizada por campanhas, que possuíam um caráter assistencialista, não assegurar recursos e muito menos possibilitar a qualidade dos alimentos e o aprendizado dos alunos (MELÃO, 2012).

Após todo esse contexto desde a criação até 1993, a execução do programa ocorreu de forma centralizada. O setor que gerenciava o programa planejava os cardápios, adquiria os gêneros alimentícios através de licitações, também contratava os laboratórios para fazer o controle de qualidade e ele próprio se responsabilizava pela distribuição. Em 1994, houve a descentralização dos recursos para melhor execução do Programa, instituída por meio da Lei nº 8.913, de 12/7/94, através de convênios com os municípios e com envolvimento das Secretarias de Educação dos estados. Passando esse setor a ser responsável pelo atendimento aos alunos e redes municipais das prefeituras que não haviam aderido à descentralização. O

PNAE é conhecido mundialmente como um caso de sucesso de Programa de Alimentação Escolar Sustentável (BRASIL, 1998).

Novos avanços surgiram para o PNAE em 2009, com a sanção da Lei nº 11.947, de 16 de junho, onde houve a extensão do Programa para toda a rede pública de educação básica, inclusive os alunos participantes do Programa Mais Educação e de jovens e adultos, além da garantia de que, no mínimo, 30% dos repasses do FNDE fossem investidos na aquisição de produtos da agricultura familiar (FNDE, 2015).

Em relação aos recursos financeiros, o PNAE transfere valores diferenciados para atender as diversidades étnicas e as necessidades nutricionais por faixa etária e condição de vulnerabilidade social. O programa prioriza os assentamentos da reforma agrária, as comunidades indígenas e as comunidades quilombolas quanto à aquisição de alimentos da Agricultura Familiar e o valor do per capita repassado aos alunos matriculados em escolas localizadas em áreas indígenas e remanescentes de quilombos. Uma nova resolução criada em 2 de abril de 2015, CD/FNDE nº 4, considerou o fortalecimento da Agricultura Familiar e a sua contribuição para o desenvolvimento social e econômico local. A resolução alterou a redação dos artigos 25 a 32 da Resolução FNDE nº 26, que tratavam da aquisição de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou suas organizações (FNDE, 2015).

Essa nova resolução modificou a forma de aplicação dos critérios para seleção e classificação dos projetos de venda, sendo eles: a definição do que são grupos formais e informais de assentados da reforma agrária, comunidades indígenas e quilombolas e os critérios para desempate; os locais onde deverão ser divulgados os editais das chamadas públicas; incluiu o documento para habilitação dos projetos de venda dos grupos formais; definiu os preços dos produtos a serem adquiridos da agricultura familiar e o limite individual de venda para o agricultor familiar na comercialização para o PNAE por entidade executora; novas regras para o controle do limite individual de venda dos agricultores familiares; e os modelos de edital de chamada pública, de pesquisa de preços de projeto de venda e de contrato (FNDE, 2015).

2.1.2 Funcionamento do PNAE

2.1.2.1 Execução

Os recursos financeiros para a execução do programa provêm do Tesouro Nacional e estão assegurados no orçamento da união. O FNDE realiza transferência financeira às entidades executoras em contas correntes específicas abertas pelo próprio FNDE, sem necessidade de convênio, ajuste, acordo, contrato ou qualquer outro. Portanto, as entidades executoras (Estaduais e Municipais) são responsáveis pela execução do programa e pela utilização dos recursos financeiros repassados. Sendo de responsabilidade das mesmas em garantir a oferta da alimentação escolar aos alunos matriculados na educação básica da rede pública do seu sistema de ensino (FNDE, 2015).

A transferência do recurso pelo FNDE é feita em dez parcelas mensais, a partir do mês de fevereiro, para cobrir os 200 dias letivos. Cada parcela corresponde a vinte dias de aula. O valor repassado para a entidade executora é calculado da seguinte forma: $TR = \text{Número de alunos} \times \text{Número de dias} \times \text{Valor per capita}$, onde TR é o total de recursos a serem recebidos (MELÃO, 2012).

A escola que será atendida precisa estar cadastrada no Censo Escolar realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC). Onde o cardápio escolar deve ser elaborado por nutricionista, respeitando os hábitos alimentares locais e culturais, sem deixar de atender as necessidades nutricionais. Do total de recursos financeiros repassados pelo FNDE às entidades executoras, devem ser destinados, no mínimo, 30% na aquisição de alimentos produzidos pelo agricultor familiar e pelo empreendedor familiar rural (FNDE, 2015).

2.1.2.2 Fiscalização do PNAE

A fiscalização da execução do programa é feita pelo próprio FNDE e o Conselho de Alimentação Escolar, sem prejuízo da atuação dos demais órgãos de controle interno e externo, como por exemplo, o Tribunal de Contas da União, da Controladoria Geral da União e do Ministério Público (FNDE, 2015).

2.1.3 PNAE e a Agricultura Familiar

De acordo com a Lei nº 11.947, de 16 de Junho de 2009, no mínimo 30% do valor repassado a estados, municípios e FNDE para o PNAE, deve ser utilizado na compra de alimentos diretamente da agricultura familiar, sem intermediário, por meio de chamada pública (FNDE, 2015).

Os produtos da agricultura familiar são uma alternativa sustentável para a alimentação escolar. Segundo o Censo Agropecuário de 2006, 70% dos alimentos consumidos pela população brasileira vêm da agricultura familiar. Dividindo-se da seguinte maneira: 70% do feijão, 87% da mandioca, 59% da produção de suínos, 58% da bovinocultura de leite, 46% do milho, 50% de aves e ovos, 34% do arroz consumidos no Brasil vem da agricultura familiar (Censo Agropecuário, IBGE 2006).

Com o passar do tempo, algumas políticas públicas foram elaboradas para apoiar o desenvolvimento e fortalecimento da Agricultura Familiar no Brasil, como por exemplo, a criação do Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP) em 1990, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e Abastecimento, esse programa foi primordial para a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em 1995 (SARAIVA et al, 2013).

Para que o PNAE tenha uma organização melhor, a inserção dos alimentos da agricultura familiar na alimentação escolar está organizada em etapas, sendo elas: O mapeamento dos produtos da agricultura familiar pelo (a) nutricionista responsável; a elaboração do Cardápio Escolar pelo (a) mesmo (a); a publicação da Chamada Pública; a pesquisa do Preço de Referência; a apresentação do projeto de Venda pelo agricultor individual e/ou cooperativas; seleção do Projeto de Venda; assinatura do contrato e a entrega dos produtos (AZEVEDO, 2014).

A ligação da agricultura familiar com a alimentação escolar possui fundamento nas diretrizes estabelecidas pela Lei nº 11.947/2009, que dispõe sobre o atendimento da Alimentação Escolar, em especial para o emprego de alimentação saudável e adequada, utilizando alimentos variados e seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis de cada região, além de apoiar o desenvolvimento sustentável e incentivando a aquisição de alimentos diversificados, sazonais, produzidos na região e pela agricultura familiar (FNDE, 2015).

Sendo assim, a inserção de alimentos da agricultura familiar na merenda escolar auxilia na promoção da segurança alimentar.

MALUF, MENEZES e MARQUES (1996, p.4) definem que:

Segurança Alimentar e Nutricional é a garantia do direito de todos ao acesso a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente e modo permanente, com base em práticas alimentares saudáveis e respeitando as características culturais de cada povo, manifestadas ato de se alimentar. Esta condição não pode comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, nem sequer o sistema alimentar futuro, devendo se realizar em bases sustentáveis. É responsabilidade dos estados nacionais assegurarem este direito e devem fazê-lo em obrigatória articulação com a sociedade civil, dentro das formas possíveis para exercê-las.

Quando a Segurança Alimentar e Nutricional é a garantia, ela permite acesso à alimentação de qualidade, sem prejudicar as pessoas de possuírem acesso a outros elementos (AZEVEDO, 2014).

2.1.4 Histórico do PNAE em Santa Catarina

No estado de Santa Catarina, os imigrantes quando colonizaram e principalmente seus descendentes, ajudaram a desenvolver as pequenas propriedades rurais. Segundo Goularti Filho (2002), no oeste de Santa Catarina foi desenvolvida uma colonização onde o agricultor vendia seus produtos na própria propriedade, voltado para subsistência da família, onde se comercializava o excedente da produção. Originando a formação de um mercado interno. As atividades comerciais eram pequenas, entre elas moinhos, fábricas de salame e queijo, mercearias, etc., oriundas das produções baseadas na mão de obra familiar em pequenas propriedades.

Entretanto, a modernização da agricultura e as fortes crises econômicas, como a crise financeira mundial e a quebra da bolha de Nova York em 1929, fizeram com que a agricultura familiar perdesse fôlego, principalmente no comércio que havia estabelecido com as cidades ou vilarejos próximos (GOULARTI FILHO, 2002). Devido a esses impactos negativos da modernização da agricultura para o pequeno agricultor familiar, foi necessário diversificar a produção e garantir pluriatividade para ganhar maior espaço (DENTZ; RAMBO, 2015). As entidades representativas e os agricultores familiares fizeram pressão no governo para que fossem criadas novas políticas públicas que atendessem a essa nova categoria que havia se formado. Assim, o PNAE é visto como um programa que ajuda os agricultores familiares a desenvolverem uma pluriatividade e diversificação maiores no espaço rural, pois ele precisa

diversificar para atender a maior demanda de produtos, dando novas funções aos produtos, resgatando-os dos impactos negativos da Revolução Verde¹ (DENTZ; RAMBO, 2015).

Os autores Silva e Sousa (2013) apontam que em 2010, no estado de Santa Catarina, entre os 293 municípios do estado, 160 municípios, compreendendo 60% do total, faziam a compra de alimentos com origem na agricultura familiar. Destes, apenas 17,7%, ou seja, 52 municípios compravam alimentos orgânicos.

A pesquisa ainda mostra que a seleção dos agricultores familiares como fornecedores para a alimentação escolar em 42 dos municípios (43,7%) ocorreu por chamada pública; 36 municípios (37,5%) por consulta à lista de fornecedores conhecidos; 3 municípios (3,1%) não tiveram procedimento específico; 2 municípios (2,1%) por licitações e 13 municípios (13,5%) por outros tipos de processo (SILVA; SOUZA, 2013).

Em 2014, 295 municípios de Santa Catarina receberam da Secretaria de Educação de Santa Catarina, repassados pelo FNDE, cerca de R\$ 33.412.549,20 para aquisição de alimentos. Desses, 80 municípios não atingiram os 30% de alimentos que deveriam ser adquiridos da agricultura familiar. Somente na região Oeste há 114 municípios que recebem recursos para aquisição de alimentos. São 10 municípios não chegam a adquirir 30% de alimentos da agricultura familiar e 6 municípios não adquirem nenhum gênero alimentício da agricultura familiar (FNDE, 2014).

2.2 NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL - NEI

Mercados Institucionais são as compras com recursos governamentais para atendimentos a programas como a alimentação escolar, restaurantes populares, hospitais, exército, compra e doação de sementes, entre outros. Já o termo Nova Economia Institucional - NEI, foi criado por Williamson, em 1975, e em sua primeira abordagem já reconhecia que o mercado é uma instituição que envolve regras e as pessoas que acabam interagindo neste meio, porém confiando menos no seu conhecimento e mais nos normas (HODGSON, 2009).

De maneira geral, a teoria da NEI, segundo Williamson (1985), permite uma discussão e posterior análise das regras formais e as informais que ocorreram em uma sociedade, mas também as estruturas de governança – mercados, agências, envolvidas nas transações e nas

¹ Ocorreu no Brasil entre as décadas de 1960 – 1970 e foi um processo de modernização agrícola com propósito de aumentar a produção através do desenvolvimento de sementes, fertilização do solo e utilização de máquinas no campo.

garantias à sua própria maneira. As regras formais possuem o alicerce na forma de leis, políticas e justiça, e as informais, provém da cultura que é o que regula o próprio comportamento social (NORTH, 1990). Para este autor, as instituições usam desses regramentos formais para esclarecer determinadas interações humanas, regradas pela informalidade. Porém, algumas das regras informais servem para se autorregular. Assim, pode-se afirmar que as questões culturais das populações mundiais, precisam ser consideradas no processo de escolhas e de decisões.

Para aumentar a eficiência da instituição, se faz necessário o conjunto de regras formais para complementar às informais, em alguns contextos, e substituir, em outros. Logo, as regras formais são particularmente mais importantes, devido ao risco de deserção elevado, além da sua função, ser geralmente facilitadora da troca política ou econômica em face à incerteza (NORTH, 1990). Mas tanto uma quanto a outra podem proporcionar mudanças incrementais, nas instituições.

2.2.1 Economia dos Custos de Transação

A concepção inicial dos estudos dos custos de transação está ligada em sua importância e relação à existência de mercados eficientes, que possuem grande importância ao crescimento econômico. Assim, as instituições adquirem mais importância quanto mais considerável forem os seus custos de transação, essas relações não podem ser levadas como verdade absoluta (NORTH, 1990). Entretanto, a observação do fato das transações que ocorrem no mercado possuem um custo, serviu de embasamento para Coase, em 1937, como uma forma de explicar do por que uma única firma não seria capaz de produzir tudo exclusivamente para um determinado mercado (COASE, 1937). Esta proposição é um marco conceitual de grande importância ao surgimento da Teoria dos Custos de Transação, que possui grandes precursores como Ronald Coase e Oliver Williamson.

Os custos de transação na literatura são apontados de diversas formas, e seguindo North, depara-se com alguns exemplos: i) Altos custos de informação, onde as partes de uma transação detêm informações, de forma assimétrica; ii) Os incentivos gerados por instituições podem ser passíveis de 'ludibriação' (trapaças), absorvidos por aproveitadores, contribuindo para um mercado imperfeito, ou seja, alguém ganha a mais ou é privilegiado em razão da transação; iii) A quantificação dos atributos de valor dos bens e serviços, bem como o desempenho de agentes, pode resultar em altos custos de transação (quando se compra um imóvel, por exemplo); e, iv) Os custos de determinados contratos podem aumentar, na medida

em que aumenta as especificidades dos direitos neles contidos, a exemplo: altos gastos com mediação ou execução contratual (NORTH, 1990).

Percebe-se que para a expansão positiva dos mercados as operações econômicas prescindem de um aparato de inovações institucionais constantes, sendo capazes de reduzir os custos de transação.

A Nova Economia Institucional é iniciada com os estudos das organizações, com foco nos custos de transação, realizada por Coase (1937). Os custos eram associados às transações que formam a base da análise central da firma, a racionalidade limitada, que tona-se peça fundamental para examinar tais custos. A partir desse momento, a análise conceitual dos custos de transação, possui diversas abordagens e fundamentos. O quadro 1 contextualiza as principais contribuições da teoria da Economia dos Custos de Transação e seus respectivos autores.

Quadro 1 - Fundamentações Conceituais da Economia dos Custos de Transação.

Autor e Linha do Tempo	Visões Clássicas e seus Conceitos Fundamentais
Coase (1937)	É o custo de realizar uma transação através de uma troca no mercado
Arrow (1969)	São os custos de administrar o sistema econômico e colocá-lo em funcionamento
Williamson (1985)	São distintos em <i>ex-ante</i> (custos de relação, negociação e garantias contratuais) e <i>ex-post</i> (custos das más adaptações nas transações ou acordos). As transações possuem três características: a incerteza, a especificidades dos ativos e a frequência
North (1990)	Os custos se dividem em: custos de <i>measurement</i> (medir) e de <i>enforcement</i> (executar)
Coase (1992)	É o custo de buscar informações, negociar e estabelecer contratos
North (1994)	São os custos sujeitos ao conjunto de operações envolvidas no sistema econômico e podem agregar valor ao produto final
Zylbersztajn (1995)	São os custos para definir e garantir os direitos de propriedade nas transações
Hodgson (2002)	A Economia dos Custos de Transações é um exercício de análise institucional, que permite seu uso comparando a outros

Fonte: Adaptado de Zonin, 2013.

Inicialmente para Coase (1937), os custos de transação estão relacionados à condição de uma determinada troca no mercado, denominando os custos de mercado. Com o passar do

tempo, associou como decorrentes, da tentativa de obtenção das informações relacionadas às operações de mercado e da negociação e estabelecimento dos contratos (COASE, 1992). As variáveis que compõem os ‘custos’ se distinguem, em *ex-ante* e *ex-post*. O primeiro descreve os custos de desenvolver relações, de procurar, de preparar, bem como de negociação, via contrato formal ou informal; como exemplo, os custos com a formalização da transação, de localização de clientes e fornecedores, de produzir acordos, de ensinar a produzir (WILLIAMSON, 1985). Já o segundo é relacionado aos custos da má adaptação das transações ao acordo, aos custos das negociações em que se incorrem quando há esforços para corrigir o estabelecido, como custos associados ao estabelecimento e à manutenção das estruturas de governança e custos de manutenção dos compromissos estabelecidos, formal ou informalmente, considerando o monitoramento e ajustes (WILLIAMSON, 1985).

Mesmo que essas teorias tenham vindo de uma ‘segunda época’, essas atribuições conceituais possuem convergências nas definições de Coase (1937), quando menciona a existência de outras três categorias de custos de transação, relacionadas às trocas que ocorrem no mercado, sendo elas: custos de informação e procura; custos de decisão e barganha; e custos de controle e execução.

Observando de outro ângulo, North (1990) sugere que os custos de transação se dividam em dois: os custos de *measurement*; e os custos de *enforcement*. O primeiro, relacionado à dificuldade dos agentes em conhecer realmente o objeto da transação em curso (como os problemas ligados à assimetria de informação). Aqui recai na impossibilidade do conhecimento da qualidade do produto de forma ‘*ex ante*’ pelo comprador em uma transação, fragilizando o processo de troca, anulando possíveis ganhos de comércio. Já, o segundo, os custos de *enforcement*, referem-se à incerteza que os agentes têm sobre a propriedade do bem a ser trocado, relacionando-se a problemas de legitimidade da transação a ser efetuada. A preocupação do autor nessas situações volta-se a transações complexas, que envolvem bens consumidos e produzidos ao longo do tempo, e não a simples trocas e que ocorrem, eventualmente, uma única vez (NORTH, 1990).

2.2.2 Oportunismo e Confiança nas Transações

O oportunismo é um pressuposto da mudança comportamental e ocorre através da possibilidade da não existência de cooperação em um determinado mercado, podendo ser resultante da assimetria de informações que ocorre neste meio. Esta combinação permite que

um determinado agente envolvido em uma transação se oportunize de vantagens monopolísticas relacionadas a seu interesse, revestido de alguma inteligência, porém desonesta (WILLIAMSON, 1985). Ainda segundo o autor, este comportamento está distante dos princípios éticos, que são esperados em uma relação contratual. Porém, é importante na análise econômica, significando a possibilidade de um determinado agente apropriar-se de ganhos de outro, a partir de ações competitivas individuais, como exemplo, uma transação de ativos específicos.

Para Williamson (1993), o oportunismo como comportamento humano, ultrapassado nas esferas organizacionais, pode explicar a existência de falhas de comportamento *ex ante* e *ex post* dos agentes como a falha de se dizer a verdade. Assim, é admitida pelo autor a possibilidade da ocorrência do engano, o roubo, a mentira e a quebra de contrato, entre outras. Mas contrapondo o oportunismo, a confiança pode ser percebida como uma expectativa de comportamento, que serve de base para estabelecer as relações de confiança entre as pessoas e organizações (HARDIN, 2001).

Impulsionando ao mesmo tempo as trocas econômicas e um mecanismo eficiente para governar as transações e qualquer relação social, considerando crença na credibilidade de uma pessoa ou sistema, sem ter que se render ao poder de outro (ARROW, 1974; GIDDENS, 1991; LUHMANN, 1988). A confiança facilita as relações de trabalho e as trocas econômicas, embora as trocas econômicas sejam pouco precisas, na visão de Williamson (1996). Mesmo com tudo isso, as atividades fluem melhor, os objetivos são atingidos de forma mais rápida e com menor custo, possibilitando uma gestão mais efetiva, no que diz respeito ao indivíduo e às organizações (WILLIAMSON, 1985).

3 METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos utilizados para a realização deste trabalho serão apresentados nesse tópico, abordando o método de pesquisa, a composição dos participantes, a forma da coleta de dados e a análise dos dados.

3.1 CARACTERISTICA DA PESQUISA

A realização de pesquisa pode envolver várias estratégias para sua realização. Pode-se citar: estudos de caso, levantamentos, análise de informações em arquivos, experimentos, ficando a critério de cada pesquisa a escolha da melhor estratégia (YIN, 2001).

Para a pesquisa desse projeto foi escolhido à técnica de estudo de caso, que segundo Yin (2001) é uma estratégia de pesquisa mais abrangente, que consiste em uma investigação empírica e que analisa um determinado fenômeno dentro do contexto de vida real.

Esta pesquisa possui uma abordagem quantitativa, para posterior avaliação dos dados através de resultados quantificáveis, ou qualitativa, quando a avaliação for obtida através de observações e estudos de fenômenos (KIRK E MILLER, 1986 apud GUILHOTO, 2002).

Assim, esta pesquisa terá uma abordagem mista, ou seja, o estudo de caso possuirá caráter qualitativo e quantitativo ao mesmo tempo, tendo por preocupação os dados numéricos e as informações que poderão ser qualificadas, finalizando com uma análise descritiva e comparação dos dados obtidos.

3.2 COMPOSIÇÃO DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA

A percepção dos atores que possuem relação com os mecanismos de comercialização a partir de mercados institucionais, principalmente o PNAE que é o foco deste trabalho, na região Oeste de Santa Catarina, consistiu na direção para explicar os objetivos do estudo.

Foram entrevistados 47 agricultores familiares que forneceram seus produtos alimentícios para o PNAE nos anos de 2014 e 2015, na região Oeste de Santa Catarina, ligados principalmente a cooperativas, que fazem a ponte com as prefeituras da região. Dentro desse universo, foram entrevistados aqueles que consentiram com sua participação voluntária na pesquisa, sendo este o critério para sua inclusão.

3.3 COLETA DE DADOS

A pesquisa foi realizada em um período compreendido entre o segundo semestre de 2015 e o primeiro semestre de 2016 e utilizou-se para a coleta de dados, entrevistas direcionadas aos agricultores familiares que forneceram produtos alimentícios ao PNAE no período de 2014 a 2015, por meio de um roteiro de questões semiabertas, abertas e fechadas, além de pesquisa bibliográfica sobre o tema.

Os dados obtidos para esta pesquisa são primários, oriundos do projeto “*Fortalecimento da Juventude Rural no Oeste de Santa Catarina*”, no qual se integra a pesquisadora, na condição de bolsista/monitora do projeto cujos dados contribuem para estudar-se o desenvolvimento da agricultura familiar na região oeste catarinense, observando os dados específicos sobre agricultores familiares que forneceram no PNAE. De forma complementar obteve-se dados secundários e terciários, oriundos de pesquisas bibliográficas na forma de artigos, livros, sites especializados no assunto.

O projeto ao qual está à pesquisa, pretende determinar a produção e consumo de alimentos provenientes da agricultura familiar na região Oeste de Santa Catarina, incluindo os mercados institucionais e a participação da juventude rural. Nesse contexto, o projeto de pesquisa e extensão tem a pretensão de motivar os jovens participantes do projeto, para inseri-los nos mercados institucionais, por meio de informações, aulas, capacitações, e vivências práticas, por meio de duas estratégias: i) seleção de um primeiro grupo composto por 30 jovens oriundos dos municípios da região Oeste de Santa Catarina, levando-se em conta critérios como possuir o perfil para esta atividade e que estejam integrados à produção agrícola, dominando relativamente os sistemas de produção, e; ii) seleção de um segundo grupo composto por 20 jovens, pertencentes ao interior do município de Chapecó SC e entorno, com perfil igual ao anterior, porém, que possuísse a pretensão de desenvolver junto a este grupo, ações com caráter mais focal, onde poderão ser desenvolvidas dinâmicas de capacitação, desde a produção agrícola até o acesso aos mercados institucionais.

A seleção dos jovens ocorreu por meio de inscrição e entrevistas, contando com a participação das organizações apoiadoras e demandantes (FetraF-Sul e Cooperativas da Agricultura Familiar), contando ainda com a colaboração de entidades e órgãos apoiadores. Organizou-se um diagnóstico inicial sobre as demandas de produtos para alimentação e consumo, por meio de pesquisas bibliográficas e aplicação de questionários nos municípios envolvidos no projeto, identificando os produtos alimentícios produzidos localmente.

Os professores e equipe de coordenação do projeto elaboraram questionários com 42

perguntas (Apêndice 1), divididas em três blocos, sendo eles: I – Dados pessoais e/ou da propriedade; II – Dados da produção e fontes de renda da propriedade; e, III – Avaliação dos programas (PAA/PNAE), com possibilidade de respostas abertas, semiabertas e fechadas.

Os jovens participantes do projeto aplicaram os questionários aos agricultores familiares que participam dos mercados institucionais (PAA e PNAE), entre os anos de 2014 e 2015, totalizando 130 agricultores entrevistados na região. Logo, nesta pesquisa serão analisadas 47 questionários, levando em consideração apenas os agricultores que entregaram ao PNAE nesse período.

3.4 ANÁLISE E SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS

Os dados secundários obtidos a partir dos questionários aplicados pelos jovens, foram transferidos para formulários online através do Google®, gerando gráficos com a sistematização dos mesmos para posterior análise das informações socioeconômicas.

As questões utilizadas para esta pesquisa foram: Bloco I – 4 (4.1; 4.2; 4.3; 4.4); 6; 7; 8; 9 (9.1); 10 (10.1); Bloco II – 24; Bloco III - 29 (29.1); 34; 35; 36; 37 (37.1); 38; 39. Não foram utilizadas todas as questões do questionário, pois foi buscado extrair apenas os dados referentes ao tema específico da pesquisa.

A análise qualitativa foi realizada através da descrição dos resultados do conteúdo coletado e interpretada à luz da fundamentação teórica e revisões realizadas, referente à investigação. A análise quantitativa foi realizada através de gráficos gerados a partir do formulário online e interpretados por meio de estatística simples e pela fundamentação teórica.

A partir da aplicação dos questionários e sua posterior sistematização, foi possível responder aos objetivos (geral e específicos) da presente pesquisa, os quais foram analisados e discutidos segundo a luz do referencial teórico, de modo específico da Nova Economia Institucional.

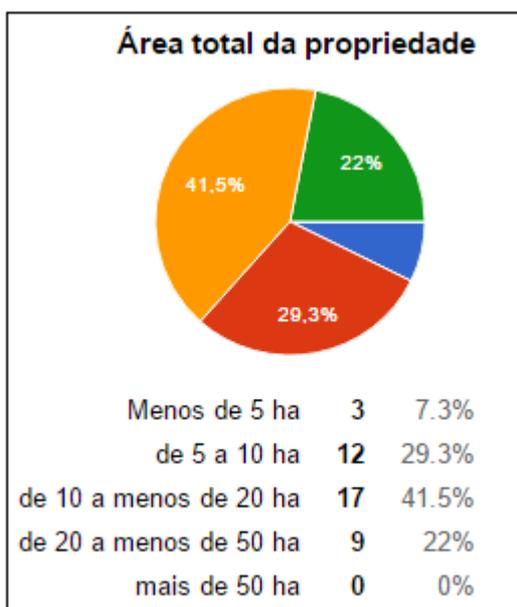
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo está fundamentado na análise dos dados secundários, obtidos por meio de questionários aplicados pelos jovens bolsistas participantes do projeto “*Fortalecimento da Juventude Rural no Oeste do Estado de Santa Catarina*” e discutidos à luz dos fundamentos teóricos sobre a temática do desenvolvimento da agricultura familiar a partir da participação dos agricultores em mercados institucionais, como o PNAE.

4.1 DESCRIÇÃO DOS AGRICULTORES

Inicialmente, do ponto de vista do tamanho da propriedade dos agricultores familiares entrevistados, percebe-se que a grande maioria possui área total que varia entre 05 e menos de 50 hectares (ha) correspondendo a 92,8% da amostra e 7,3 % possuem menos de 05 há. Logo, embora ocorra esta variação, a qual pode exercer possíveis impactos na socioeconomia das propriedades, todas se enquadram na condição de agricultor familiar, conforme determinado pela Lei 11.326/ 2016, conforme aponta a figura 1.

Figura 1– Área total da propriedade



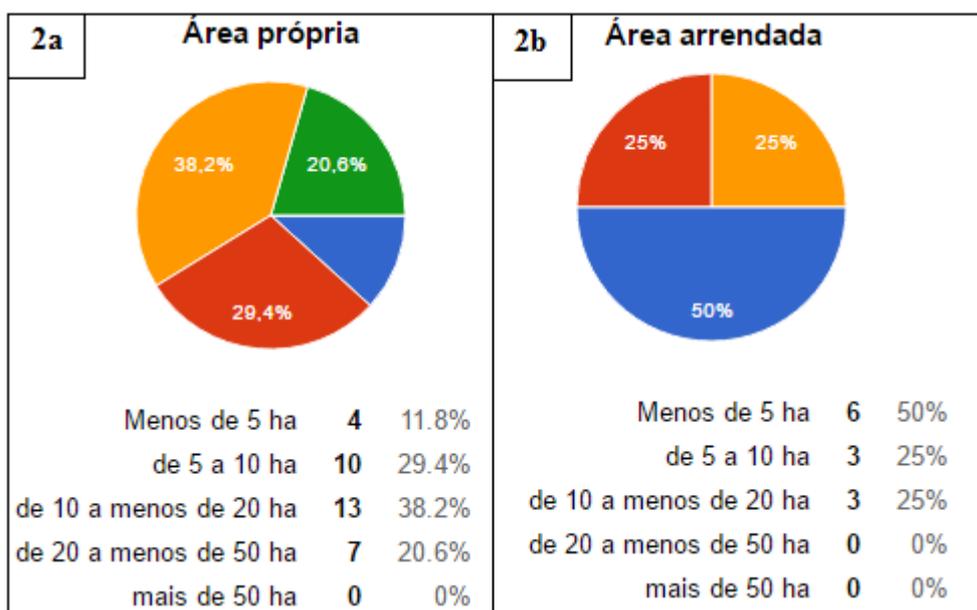
Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

Entretanto, outra inferência possível de ser realizada desde já é que todas as propriedades se enquadram na possibilidade de comercializarem matéria prima para os mercados institucionais, como o PNAE, no caso aqui analisado. Desta forma, pode-se apontar

que estas propriedades possuem vínculo com os mercados, especialmente acessando-os.

Outro ponto observado, diz respeito à propriedade das unidades de produção das famílias entrevistadas. Logo, constatou-se que das 47 propriedades analisadas, apenas 12 não possuíam a posse das unidades de produção, arrendando terras com áreas menos de 5 há a menos de 20 há, necessitando da realização de arrendamento para produção e sustento, conforme demonstra a figura 2b.

Figura 2 – Propriedades com área própria e arrendada



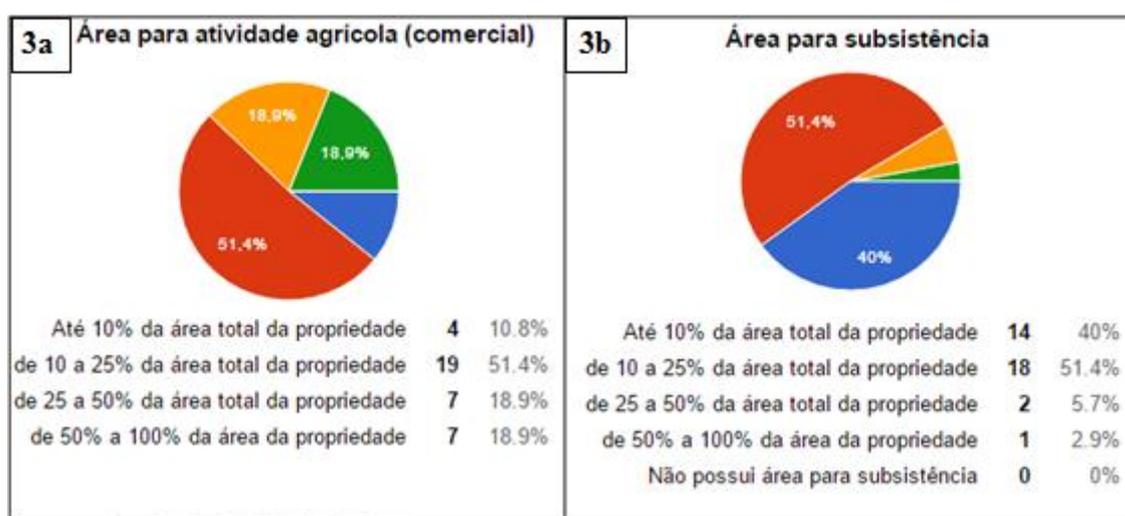
Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

Entretanto quando investigado a totalidade de propriedades que buscam arrendar novas terras, para além da utilização das suas área próprias (extra), o número chegou a 3 propriedades, correspondendo a 6,4% da amostra. Ou seja, embora ocorra à predominância da agricultura familiar com áreas próprias no cenário estudado, algumas propriedades ainda buscam a alternativa do arrendamento, no geral nas vizinhanças da propriedade, visando ampliar a renda agrícola.

Visando o uso das áreas para atividade agrícola comercial, não encontrou-se propriedades cuja produção fosse totalmente orgânica, todos os agricultores produzem de forma convencional. Uma possível justificativa pela opção do agricultor em produzir de forma convencional pode estar ligada a obtenção de uma maior quantidade de alimentos, tendo em vista que a produção orgânica leva um maior tempo para receber certificação e produzir a mesma quantia de alimentos, como mostra a figura 3a. Na área de subsistência, percebe-se

que 74,6% dos agricultores (figura 3b), utilizam parte de sua propriedade para sua própria subsistência. Isso mostra que a agricultura familiar não apenas vende toda a sua produção, mas produz para si. A participação deste público, nos mercados institucionais possibilita uma forma de escoar sua produção e obter uma renda extra, além da participação em feiras e mercados, utiliza sua produção para consumo próprio.

Figura 3 - Área comercial e para subsistência



Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

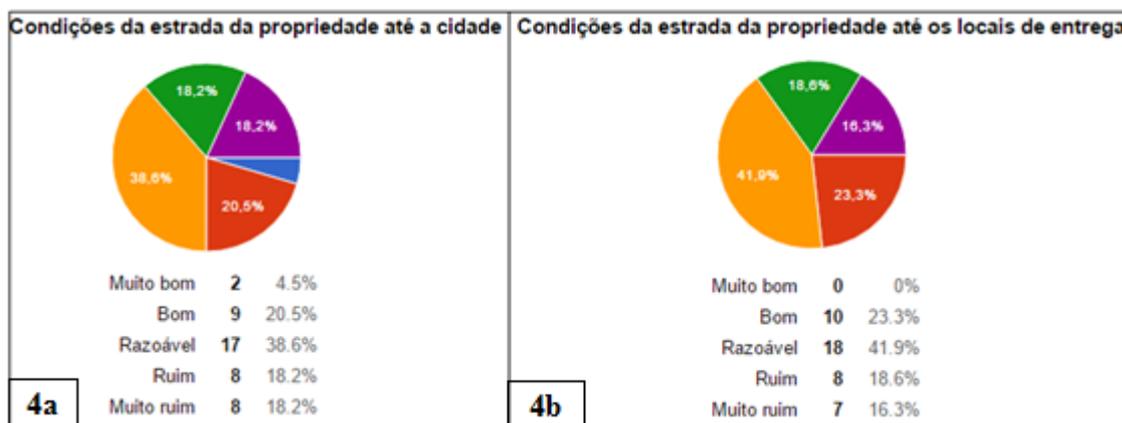
Em relação à mão de obra na propriedade, em todas as respostas foi indicada que a mão de obra é basicamente familiar, sendo que a contratação da mão de obra é feita ocasionalmente, apenas quando a produção é grande e/ou quando a mão de obra familiar não é suficiente. Na sequência desta discussão constata-se que a sucessão na propriedade ainda não está definida em aproximadamente 40% das famílias entrevistadas. As famílias que possuem sucessão definida são basicamente as que possuem o filho mais velho homem, que já atua na propriedade com os pais, tendendo-se nesses casos a se consolidar a sucessão

Um outro ponto investigado diz respeito à distância das propriedades até a cidade, a qual o agricultor pertence. Neste estudo constatou-se que a mesma variou entre 4 km a 25 km. Possuindo em seu trajeto trechos com asfalto, pedra irregular e estrada de chão. Na opinião de 75% dos agricultores entrevistados, em relação ao trajeto da sua propriedade até a cidade, não encontram-se em boas condições (figura 4a). Em relação às condições da estrada, da propriedade até os locais de entrega, 76,8% dos agricultores também consideram que as mesmas não se apresentam em boas condições de tráfego (figura 4b).

A partir desse ponto, pode-se perceber que ainda existe um descaso com as vias rurais.

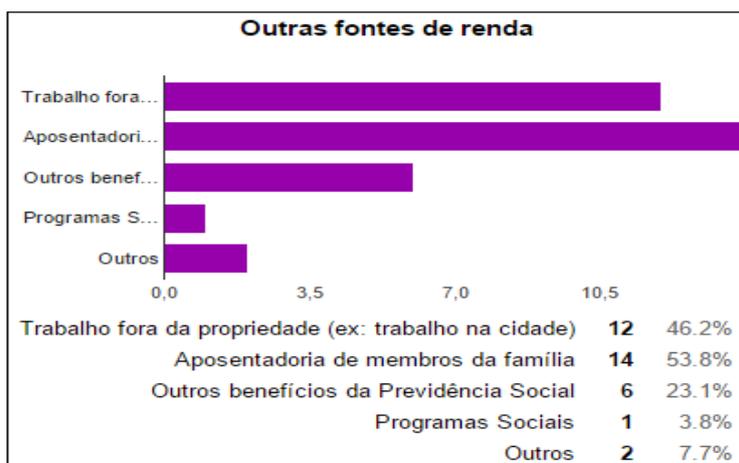
Elas necessitam de constantes manutenções para mantê-las em bom estado. Principalmente para facilitar acesso aos produtores e dos mesmos a outros locais, para além do escoamento da produção.

Figura 4 - Condições da estrada



Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

Muitos agricultores possuem outra fonte de renda além da produção agrícola. O maior percentual é o da aposentadoria de membros da família e o segundo maior percentual é do trabalho remunerado fora da propriedade, cujo objetivo é o da complementação de renda, gerada na propriedade (figura 5). Já a renda obtida a partir de aposentadorias provém de pessoas com mais idade, que também utilizam o benefício para complementar a renda familiar, mas que continuam no campo produzindo alimento em sua propriedade. Desta forma, o que se percebe na agricultura familiar, são os pais se aposentarem, passarem a propriedade para os filhos (as) e continuarem ajudando, tanto financeiramente, quanto em termos de mão de obra, permanecendo na propriedade.

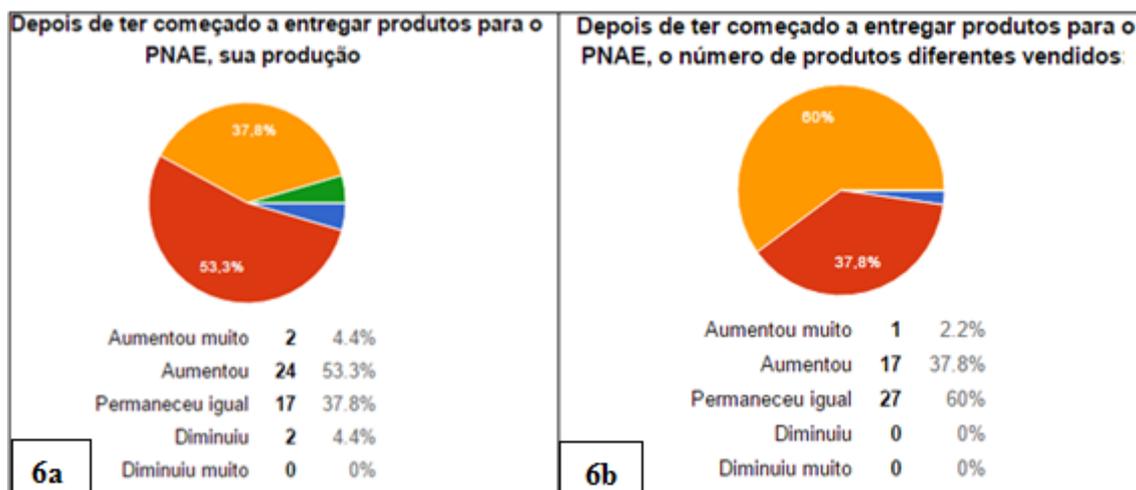
Figura 5 - Outras fontes de renda

Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

4.2 AUMENTO NA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS A PARTIR DO PNAE

A partir dos questionários foi possível observar que 57,7% dos agricultores familiares que entregam alimentos para o PNAE, aumentaram sua produção devido à maiores demandas na entrega de alimentos (figura 6a). Entretanto, pode-se perceber que alguns agricultores não obtiveram um aumento na produção. Logo, constata-se que este aumento na produção, pode se dar em razão da participação do agricultor nos dois mercados institucionais (PNAE e PAA) além da participação em feiras e na necessidade de diversificar sua produção para entrega. Embora, uma das características da agricultura familiar seja a diversidade de alimentos produzidos, muitas famílias precisaram diversificar sua produção para obter uma venda maior dos produtos, o que ocorreu em 40% dos agricultores entrevistados, conforme mostra a figura 6b.

Figura 6 – Impactos na produção e número de produtos comercializados

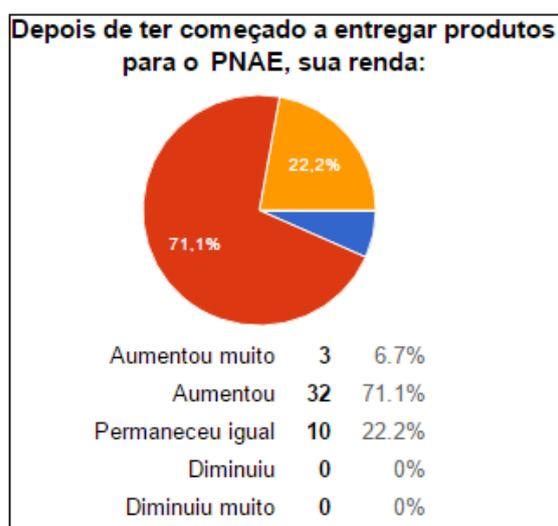


Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

4.3 MELHORIA DA RENDA COM A ENTREGA DE ALIMENTOS NO PNAE

Em relação ao aumento da renda, em 77,8% dos agricultores entrevistados, constatou-se aumento na renda, a partir da entrega de alimentos em mercados institucionais (figura 7). Dentro desta lógica percebe-se que a demanda por alimentos é cada vez mais crescente a cada ano, assim, o agricultor familiar consegue vender seus produtos e consequentemente aumentar sua renda, pois o mesmo vende seus produtos em feiras, mercados, restaurantes e também direto ao consumidor.

Figura 7 – Impacto na renda com a entrega de produtos para o PNAE



Fonte: Elaborado pela a autora, 2016.

De qualquer forma, pode-se constatar que a renda obtida na entrega de alimentos, aos mercados institucionais não se constitui na principal fonte de renda, pra a maioria dos agricultores familiares, devido a estes programas serem limitados em relação à logística e ATER, e ao montante do que pode ser comprado. Pois o agricultor possui uma cota de venda para o PNAE de 20.000,00 ao ano, após chegar a este valor o agricultor não fornece mais ao programa naquele ano. Sendo assim, caso o agricultor vise ampliar sua renda, precisa comercializar os seus produtos em outros pontos, como os já citados. Os custos de transação para o PNAE que podem ser reduzidos são de logística, busca por ATER, a elaboração de contratos através da cooperativa, que reduz os custos, entretanto, com a governança na execução do PNAE os custos aumentam, devido ao esforço para acompanhar a política pública.

Ainda, visando aumentar a renda do agricultor, considera-se relevante atentar para os custos de transação. Ou seja, maiores cuidados nas relações entre o agricultor e a cooperativa, levando em conta desde os custos de produção até o fechamento dos contratos. Neste sentido Coase (1937) aponta que os custos de transação se distinguem em *ex ante* e *ex post*, sendo o primeiro relacionado aos custos de desenvolver relações, preparar, negociações e o estabelecimento de contratos e, o segundo relacionados, neste caso à falta de adaptação dos agricultores em seguir as transações estabelecidas no contrato, aos custos das negociações e as transações e manutenções dos compromissos estabelecidos, considerando o monitoramento e ajustes dos mesmos, teoria corroborada por Williamson (1985).

Pode-se relatar ainda, determinados custos que os agricultores familiares possuem na busca por ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural), quando comparados aos médios e grandes agricultores, os quais possuem melhores condições de acesso a outras fontes de ATER, como acesso às empresas de consultoria, revendas de produtos agrícolas e multinacionais de insumos, que cresceram muito frente à redução da abrangência de ATER pelas instituições públicas. E isto torna-se fator limitante, uma vez que os agricultores familiares possuem maior dependência da assistência técnica pública.

Um outro ponto a ser considerado, dentro dos custos diz respeito à assistência técnica das cooperativas de produtores rurais. Na região Sul, há uma grande proporção de agricultores que aderem ao sistema de cooperativas, quando comparado às demais regiões brasileiras. Assegurando às cooperativas, um papel mais relevante em oferecer assistência técnica para seus associados.

De modo geral, observou-se que no corpo técnico das cooperativas familiares que operacionalizam as transações econômicas no mercado da alimentação escolar, existem

profissionais capacitados para oferecer esses serviços. Geralmente estas são compostas por engenheiros agrônomos, veterinários e técnicos agrícolas, que executam as ações de assistência. Logo, constata-se que as cooperativas desempenham papel de ATER, o que na lógica poderia ser realizado pela ATER pública. Assim, fica evidenciado sua importância na orientação técnica dos produtores. Entretanto, para o agricultor ter acesso a essa assistência técnica das cooperativas, ele precisa se associar e possuir participação econômica. Os associados têm a responsabilidade de contribuir financeiramente com a cooperativa, para investimento nas operações e serviços da mesma.

Afora estes custos, o agricultor possui ainda os custos relacionados com a organização da produção. Onde o agricultor precisa somar os valores dos insumos utilizados e serviços, em determinado período de tempo, para a produção de determinado produto, ligada à gestão da tecnologia, ou seja, à atribuição eficiente dos recursos produtivos e ao conhecimento dos preços destes recursos. Na organização da produção, os maiores custos são de origem dos recursos colocados à disposição, para atingir a produção planejada pelo agricultor.

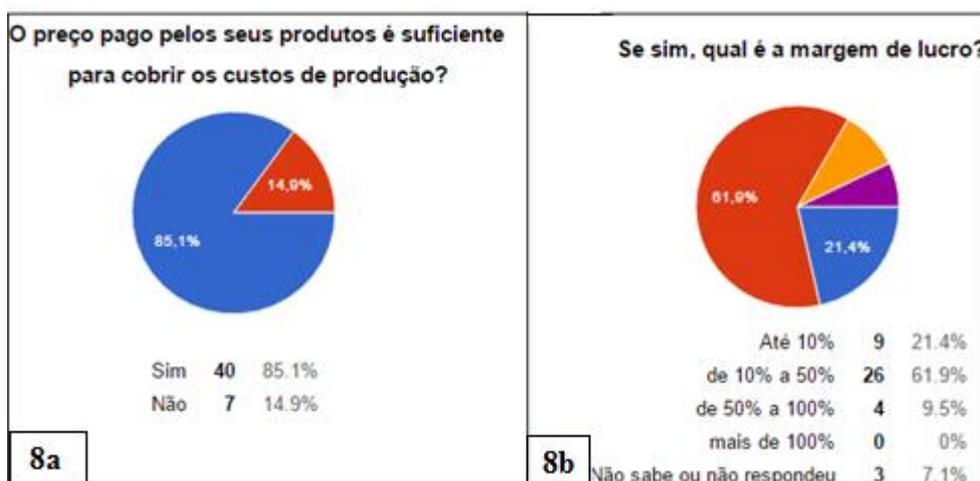
Na visão de North (1990), o custo *measurement*, remete a dificuldade que o agricultor possui em conhecer como funcionam as transações dos seus produtos, neste caso examinado por meio dos mercados institucionais, resultando na assimetria de informações. Essa assimetria pode acarretar nas informações difusas entre o agricultor e a cooperativa, onde a mesma necessita de um tipo de produto, acreditando que este agricultor conseguira fornecê-lo, sem conhecer a qualidade do produto de forma *'ex-ante'*. Caso a transação não seja realizada, poderia anular algum possível ganho no comércio, não melhorando a renda familiar. Já o custo *enforcement*, refere-se à incerteza do agricultor no momento da transação, se ele irá conseguir entregar o produto ao qual se responsabilizou em fornecer, frente há algumas dificuldades que podem surgir na propriedade, quando mais complexa ela for, mais irá envolver os bens produzidos e consumidos nesse tempo e não apenas as trocas que ali ocorrem.

Neste sentido, a organização da produção dos agricultores, via cooperativas ligadas à agricultura familiar, para transacionar seus produtos no PNAE, constitui-se numa forma de cooperação e, ao mesmo tempo redução dos custos, pois a cooperativa auxilia na organização da produção e na gestão da propriedade, conforme descrito pelos autores reduzindo desta forma os custos de transação efetivamente.

4.4 PREÇO PAGO PELOS PRODUTOS E MARGEM DE RENDA

Quanto ao preço pago pelos produtos adquiridos pelos programas, constata-se que cobrem os custos de produção, na visão de 85,1% dos agricultores entrevistados, como mostra a figura 8a. Os programas estipulam valores baseados nas médias dos mercados regionais e fornecem às entidades de redes socioassistenciais. Assim, cada região possui um valor para cada produto, garantindo um preço mínimo favorável para cada agricultor familiar. Conseqüentemente, com o valor obtido com a venda dos produtos para mercados institucionais, o agricultor poderá continuar e até aumentar sua produção, visando ampliar o comércio e renda no futuro.

Figura 8 - Preço pago pelos produtos e margem de renda



Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

A margem de renda dos agricultores familiares, na maioria foi de 10% a 50%, como mostra a figura 8b. Essa margem é obtida sobre o valor comercializado. Ela é determinada a partir de vários fatores como a concorrência e o preço de mercado, variando de produtor para produtor. Nessa questão, os agricultores familiares têm a possibilidade de obter uma boa renda fornecendo aos mercados institucionais, ampliando o leque de produtos, visando aumentar o fornecimento de alimentos.

Neste ponto, pode-se observar que alguns agricultores acabam sendo oportunistas, pois podem não convidar agricultores vizinhos para participarem também do programa, por medo de perder colocação na chamada, agindo em benefício próprio. Isto ocorre, segundo Williamson (1993) devido ao comportamento dos agentes em dizer a verdade, caracterizada

como um engano. Por outro lado, as prefeituras também podem ser oportunistas, pois elaboram no geral uma chamada pública por ano, causando descompaço entre preços e sazonalidade (da produção ou consumo). Pois os preços pagos aos agricultores são baseados na média do mercado regional, na época em que a chamada pública é realizada e os alimentos selecionados podem estar disponíveis apenas em determinada época, não estando disponível no restante do ano. A chamada pública, quando realizada uma única vez ao ano, não permite que os preços se adequem conforme sua variação no mercado regional e que os produtos pedidos sejam trocados pelos da época. Em contra partida, uma chamada pública ao ano pode garantir certa organização da produção durante todo o ano.

Nessa questão, entra a cooperativa para equacionar estes possíveis comportamentos oportunistas, pois esta transaciona os alimentos com os agricultores e faz o repasse do valor pago ao produto, cumprindo com as demandas de aquisição de alimentos pelas escolas e adquirentes. Logo, esta relação é regida por contratos estabelecidos entre os interessados, porém, em alguns momentos, as complexidades das relações contratuais podem impedir que o contrato seja efetivado com total sucesso. Por estas razões, em muitos casos o contrato não é executado seguindo valores e volumes determinado nas chamadas.

Para Williamson (1985), o principal problema está na organização econômica dos contratos, relacionada com os custos das transações, gerando o oportunismo o que altera as relações entre agricultor x cooperativa x prefeituras. Devido a isso, o autor descarta que os contratos sejam completos. Por isso a necessidade das organizações cooperativas, visando regular e uniformizar tais relações, reestabelecendo a confiança, a qual segundo Hardin (2001) pode ser uma expectativa de comportamento, para estabelecer as relações de confiança entre as pessoas e as organizações, que aqui nesta pesquisa condiz da relação entre a cooperativa e o agricultor.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou, a partir das entrevistas realizadas através do projeto “*Fortalecimento da Juventude Rural na região Oeste de Santa Catarina*”, compreender a aplicabilidade dos mercados institucionais, principalmente do PNAE, a partir da visão da Nova Economia Institucional.

Com os resultados pode-se considerar que muitos agricultores familiares estão conseguindo ampliar suas rendas, participando de mercados institucionais. Aumentando e diversificando sua produção em função das demandas, participando mais ativamente nas cooperativas familiares, além de promover uma alimentação mais saudável para inúmeras crianças. Logo, considera-se que o valor pago aos agricultores, pelos seus produtos tem sido suficiente para cobrir os custos do produto final, permitindo ampliar e complementar suas rendas agrícolas, pois o valor estabelecido na chamada pública é sobre a média do mercado regional, sendo um valor maior que aquele pago ao agricultor na venda direta ao mercado regional.

Esta renda complementar incentiva o agricultor a continuar participando de políticas públicas, pois é uma alternativa para o escoamento de seus produtos e se sentir mais inserido na sociedade, uma vez que essas políticas valorizam o trabalho dos (as) agricultores familiares no campo e, vincula-se à estratégia de segurança alimentar e nutricional nacional, além de ter ligação com políticas sociais, de saúde e educação. Esses programas servem de incentivo para uma organização coletiva de agricultores familiares em forma de associações, cooperativas, com atividades complementares para apoiar e incentivar a produção, cada vez com maior qualidade, visando à sustentabilidade dos agroecossistemas.

O PNAE ajuda a reduzir os custos com a logística, elaboração de contratos pela cooperativa, e a busca por ATER, uma vez que associado a uma cooperativa o agricultor terá assistência técnica em sua propriedade, já com a governança na execução do PNAE, os custos se ampliam devido ao esforço para acompanhar a política pública. Apesar de muitos agricultores estarem satisfeitos com as políticas públicas, várias adequações precisam ser feitas para atender a todos. Como uma assistência técnica mais presente, pois poucos técnicos atendem um número muito grande de propriedades, não conseguindo prestar um serviço adequado, para auxiliar o agricultor em sua propriedade e na tomada de decisões, e uma logística mais eficiente para atender as necessidades e demandas nos períodos de entrega de alimentos.

Nesse contexto, as cooperativas possuem importância fundamental na organização e

inserção dos agricultores familiares nos mercados locais, para ajudar o agricultor na transação dos alimentos, no repasse dos valores, assistências e gestão da propriedade.

O PNAE para o agricultor familiar é uma alternativa de comercialização, diversificação e renda. Já para o município e o Estado, é o fortalecimento da cadeia de produção, comercialização geração de renda e emprego, e ainda mais, fortalecimento da economia local e o incentivo ao desenvolvimento rural sustentável.

REFERÊNCIAS

- ARROW, K. **The limits of organizations**. New York: Norton, 1974.
- AZEVEDO, R. F. O. de. **A relação entre o PNAE e a agricultura familiar: virtudes e problemas de gestão**. Monografia. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2014.
- BONNAL, P. CAZELLA, A. e MALUF, R. (Org). **Agricultura Familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil** - Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.
- BRASIL. **Medida Provisória nº 1.784, de 14 de dezembro de 1998**. Dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar, institui o Programa Dinheiro Direto na Escola, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=129319&norma=151044>>. Acesso em: nov. 2016.
- CARVALHO, D. G. de; CASTRO, V. M. de. **O programa nacional de alimentação escolar – PNAE como política pública de desenvolvimento sustentável: políticas públicas e instrumentos de gestão para o desenvolvimento sustentável**. In: ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA ECOLÓGICA, 8., 2009, Cuiabá MT.
- CENSO AGROPECUÁRIO, IBGE. **Censo Agropecuário de 2006**. 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/>>. Acesso em: novembro de 2015.
- COASE, R. H. The institutional structure of production. **The American Economic Review**, Nashville, v. 82, n. 4, p. 132-145, 1992.
- _____. The nature of the firm. **Economica**, London, v. 4, n. 16, p. 386-405, 1937.
- DENTZ, E. von; RAMBO, A. G. **Mercados institucionais e novos usos do território: considerações sobre o PNAE em Santa Catarina**. SOBER - Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. João Pessoa - PB, 26 a 29 de julho de 2015.
- FNDE. Fundo Nacional de Desenvolvimento e Educação. **Alimentação escolar e agricultura familiar**. 2015. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/agricultura-familiar>>. Acesso em: outubro de 2015.
- _____. Fundo Nacional de Desenvolvimento e Educação. Dados da agricultura familiar: aquisições agricultura familiar 2014. 2014. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-consultas/dados-da-agricultura-familiar>>. Acesso em: novembro de 2015.
- GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.
- GOULARTI FILHO, A. A formação econômica de Santa Catarina. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 23, n 2, p. 977-1007, 2002.

- GUILHOTO, J. et al. **A importância da agricultura familiar no Brasil e em seus estados.** In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 35, Recife, 2007. Anais. Recife: ANPEC, 2007. Disponível em: <www.usp.br/feaecon/media/livros/file_459.pdf>. Acesso em: outubro de 2015.
- HARDIN, R. Conception and explanations of trust. In: COOK, K. S. **Trust in society.** New York: Russell Sage Foundation, 2001.
- HODGSON, G.M Institutional economics into the twenty-first century. **Studi e Note di Economia**, New York, n. 1, p. 03-26, 2009.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário de 2006.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/>>. Acesso em: setembro de 2015.
- LUHMANN, N. Familiarity, confidence, trust: problems and alternatives. In.: GAMBETTA, D. (Ed.). **Trust: making and breaking cooperative relations.** Oxford: Blackwell, 1988.
- MALUF, R; MENEZES, F; MARQUES, S. **Caderno ‘Segurança Alimentar’.** Ministério do Desenvolvimento Agrário. Cartilha o Encontro da agricultura familiar com a alimentação escolar. P. 1 – 52. 2011.
- MATTEL, L. **O Papel e a Importância da Agricultura Familiar no Desenvolvimento Rural Brasileiro Contemporâneo.** Rev. Econ. NE, Fortaleza, v. 45, p. 71-79, 2014 (suplemento especial).
- MELÃO, I. B. Produtos sustentáveis na alimentação escolar: o PNAE no Paraná. Cad. IPARDES. Curitiba, PR, eISSN 2236-8248, v.2, n.2, p. 87-105, jul./dez. 2012
- NORTH, D. C. **Institutions, institutional change and economic performance.** Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- PONDÉ, J. L. **Nova Economia Institucional.** Volume I. Fundação Getulio Vargas. Direito Rio. 2007.
- SARAIVA, E. B. et al. Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Ciência e Saúde coletiva.** Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 927-936, 2013.
- SCHNEIDER, S. Agricultura familiar e desenvolvimento rural endógeno: elementos teóricos e um estudo de caso. In: Froehlich, J.M.; Vivien Diesel. (Org.). **Desenvolvimento Rural - Tendências e debates contemporâneos.** Ijuí: Unijuí, 2006.
- SILVA, A. P. F. e SOUSA, A. A. **Alimentos orgânicos da agricultura familiar no programa nacional de alimentação escolar do estado de Santa Catarina, Brasil.** *Revista de Nutrição*, vol. 26, n. 6, pp. 701-7014, Campinas, 2013.
- TRICHES, R. M.; SCHNEIDER, S. **Reconstruindo o “elo perdido”:** a reconexão da produção e do consumo de alimentos através do programa de alimentação escolar no

município de Dois Irmãos (RS). *Segurança alimentar e nutricional*, vol. 17, n. 1, PP 01-15, Campinas, 2010.

YIN, R. K. **Estudo de Caso - Planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

WILLIAMSON, O.M. **The economic institutions of capitalism**. New York: The Free Press, 1985.

_____. Opportunism and its critics. **Managerial and Decision Economics**, London, v. 14, n. 2, p. 97-107, 1993. Special issue: Transaction Costs Economics.

_____. **The mechanism of governance**. New York: Oxford University Press, 1996.

ZONIN, V. J. **A institucionalização e a identificação dos direcionadores de custos de transação do selo combustível social na cadeia do biodiesel**. Porto Alegre: UFRGS, 2013.

ZYLBERSZTAJN, D.; NEVES, M. F. **Economia e gestão dos negócios agroalimentares, indústrias de insumos, produção agropecuária, distribuição**. São Paulo: Pioneira, 2000.

APÊNDICE – Questionário

Questionário - Projeto Fortalecimento da Juventude Rural (UFFS-CNPq-MDA/FetraF-Sul)

Objetivo: avaliação socioeconômica dos produtores que participaram ou participam do PAA/PNAE

I. Dados Pessoais e/ou da propriedade:

1. Nome do produtor (a):

2. Telefone fixo:

Celular:

3. Propriedade e endereço (município):

4. Área total da propriedade: ____ ha

4.1 Área própria: ____ ha

4.2 Área arrendada: ____ ha

4.3 Área para atividade agrícola (comercial): ____ ha

4.4 Área para subsistência: ____ ha

4.5 Área de produção orgânica: ____ ha:

5. Mão de obra familiar (número):

6. Mão de obra familiar

Nome da pessoa	Idade	Tempo dedicado à produção (%)	Tempo dedicado para outras atividades (%)

7. Mão de obra contratada (número):

8. Possui sucessão da propriedade/já definiu a sucessão da propriedade?

9. Distância da propriedade até o centro do município:

Total: _____ Km (Asfalto: _____ Km Pedra irregular: _____ Km Chão : _____ Km)

9.1 Condições da estrada/ acesso:

() Excelente () Bom () Razoável () Ruim () Péssimo

10. Distância da propriedade até o(s) local(is) de entrega do PAA/PNAE:

Total: _____Km(Asfalto: _____Km Pedra irregular: _____Km Chão : _____Km)

10.1 Condições da estrada/ acesso:

() Excelente () Bom () Razoável () Ruim () Péssimo

11. Condições de comunicação e informática (assinale somente se internet/fone fixo/celular possuem bom sinal ou funcionam adequadamente):

() Possui computador () Possui computador com internet

() Possui telefone fixo () Possui celular

() Outro equipamento de informática () não possui

12. Participa de algum tipo de organização (ões)? Qual (is)?
(pode-se marcar mais de uma alternativa)

Tipo	Nível de participação	No caso da resposta 4, qual?
	01 – Não participa 02 – Sim, como sócio 03 – Sim, como diretoria 04 – Sim, outro vínculo	
1. Cooperativa de produção/comercialização		
2. Coop. de crédito		
3. Associação de agricultores		
4. Sindicato		
5. Grupo de equipamentos		
6. Grupo de compra solidária		
7. Grupo de comercialização/beneficiamento		
8. Conselho comunitário		
9. Conselho municipal/regional		
10. Outros grupos		

13 - Quais serviços públicos você acessa próximo à comunidade/propriedade familiar?

() Saúde () Educação () Cultura () Lazer

() Comunicação () Trabalho () Segurança () Nenhum

() Outros: _____

II. Dados da produção e fontes de renda da propriedade

		próprio	p/ mercado formal	vendida para feiras	vendida p/ outros	produção vendida p/ PNAE	produção vendida p/ PAA	

20. Referente a produção agroindustrializada:

() Possui inspeção () não possui inspeção

20.1 Se sim, que tipo de inspeção: _____

21. Liste os canais de comercialização utilizados:

() PAA ____% () PNAE ____% () Restaurantes ____% () Feiras ____% () Supermercados ____% () Empresas ____% () Venda direta ao consumidor ____% () Outros ____%

22. Produção na propriedade que não foi vendida (somente para o consumo) no último ano
(Em anexo)

Unidade	Quantidade	Valor

23. Outros produtos/serviços

Tipo de serviço	Renda obtida (R\$)
1. Hotelaria/hospedagem	
2. Restaurante	
3. Passeios/visitas/turismo rural	
4. Artesanato	
5. Aluguel de máquinas e eqtos agrícolas	
6. Trabalho agrícola em outro estabelec.	
7. Outros	

24. Outras fontes de renda

Fonte	Renda obtida (R\$)
1. Remuneração de familiares que trabalham fora do estabelecimento	
2. Aposentadoria de membros da família	
3. Outros benefícios da previdência social	
4. Programas sociais	
5. Outras	

25. Sistema de rastreabilidade adotado :

() Conhece todos os produtos que usa

- () Anota todas as aquisições e as vendas
 () Anota partes das aquisições e das vendas
 () Possui comprovação de aquisições e vendas
 () Possui estimativa de produção
 () Possui plano de manejo

III. Avaliação dos Programas (PAA e PNAE)

26. Qual(is) programa (s) participa: () PAA () PNAE

27. Desde que ano fornece produção para: PAA: _____; PNAE: _____

28. Enumere quais são os produtos fornecidos:

In natura:

Produto	PAA	PNAE	Possui na propriedade, mas ainda não entregou aos Programas
Abóbora Cabotiá	()	()	()
Abobrinha	()	()	()
Alface	()	()	()
Alho	()	()	()
Batata doce	()	()	()
Batata Inglesa	()	()	()
Batata salsa	()	()	()
Beterraba	()	()	()
Cebola	()	()	()
Cenoura	()	()	()
Chás	()	()	()
Tempero Verde	()	()	()
Couve Folha	()	()	()
Couve Flor	()	()	()
Repolho	()	()	()
Tomate	()	()	()
Ovos	()	()	()
Amendoim	()	()	()
Feijão	()	()	()
Mandioca	()	()	()
Milho verde	()	()	()
Milho pipoca	()	()	()
Abacate	()	()	()
Banana	()	()	()
Bergamota	()	()	()
Laranja	()	()	()
Limão	()	()	()
Melancia	()	()	()
Melão	()	()	()
Mamão	()	()	()
Outros produtos in natura: Listar	()	()	()
_____	()	()	()
Produtos transformados:			
Açúcar mascavo	()	()	()
Amendoim descascado	()	()	()
Arroz beneficiado	()	()	()
Bebida Láctea	()	()	()
Bolacha caseira	()	()	()
Carne bovina	()	()	()
Carne suína	()	()	()
Cuca/Bolo	()	()	()

Doces	()	()	()
Iogurte	()	()	()
Leite pasteurizado	()	()	()
Mandioca Descascada	()	()	()
Manteiga	()	()	()
Derivados do milho	()	()	()
Farinha de mandioca	()	()	()
Farinha de trigo	()	()	()
Frango Caipira Abatido	()	()	()
Filé de Peixe	()	()	()
Macarrão Caseiro	()	()	()
Mel	()	()	()
Melado de Cana	()	()	()
Pão caseiro	()	()	()
Polpa de Frutas	()	()	()
Queijo	()	()	()
Rapadura	()	()	()
Sucos	()	()	()
Temperos frescos	()	()	()
Vegetais em conserva	()	()	()
Outros produtos transformados:	()	()	()
_____	()	()	()

29. O preço pago pelos produtos é suficiente para cobrir os custos de produção?

() Sim () Não

29.1 Se sim qual a margem de lucro?

() até 10% a mais de margem; () de 10 a 50%; () de 50% a 100%;

() acima de 100% a mais de margem; () Não sabe ou não respondeu

30. Os produtos possuem algum tipo de controle?

() Registro; () Inspeção; () Certificação; () Embalagem; () Rotulagem; () Não há exigência para o produto; () Não sabe ou não respondeu.

30.1 Quem orienta a rotulagem/legalização?

31. Sua família continua produzindo os mesmos produtos e a mesmas quantidades do que anteriores ao PAA? E do PNAE?

32. Algum produto novo foi incluído na alimentação da própria família desde que iniciaram a comercialização com o PAA? E do PNAE?

33. Quais as maiores dificuldade que o (a) Sr. (a) aponta no processo de comercialização com o PAA/PNAE?

Obs: orientar alunos para observar se o agricultor mencionará os seguintes aspectos: preço, logística (transporte), acompanhamento técnico, planejamento produtivo, gestão da produção

33.1 E que soluções você propõe?

34. Depois de ter começado a entregar produtos para o PAA/PNAE, sua produção

- () Aumentou muito. () Aumentou. () Permaneceu igual
() Diminuiu () Diminuiu muito

35. Depois de ter começado a entregar produtos para o PAA/PNAE, sua renda :

- () Aumentou muito. () Aumentou. () Permaneceu igual
() Diminuiu () Diminuiu muito

36. Depois de ter começado a entregar produtos para o PAA/PNAE, o número de produtos diferentes vendidos:

- () Aumentou muito. () Aumentou. () Permaneceu igual
() Diminuiu () Diminuiu muito

37. Recebe assistência técnica para participar dos programas PAA e/ou PNAE?

- () Sim () Não

37.1 Se sim, de quem recebe assistência técnica?

() Empresa de planejamento: Nome: _____

() Cooperativa: Nome: _____ ()

() Prefeitura: Algum Programa específico: Qual: _____ ()

Epagri Algum Programa específico: Qual: _____ ()

Algum programa ou chamada de ATER específica: Qual: _____

38. Qual orientação técnica é recebida?

- () Para a condução das culturas e explorações destinados dos programas PAA e/ou PNAE; ()
() Para comercializar a produção em outros mercados; ()
() Para organização e planejamento da produção; ()
() Para a gestão da propriedade e/ou cooperativa e/ou associação; () Para
o acesso aos programas PAA e/ou PNAE; ()

Outra: _____

39. Possuem apoio logístico de coleta e entrega, através de caminhões, das cooperativas e/ou

associações, ou até mesmo da prefeitura?

() Sim () Não

40. Pelo formato de execução do PAA/PNAE (períodos de tempo no ano em que não há vigência de um projeto): nos momentos em que não há execução de um projeto do PAA/PNAE, o senhor consegue escoar/vender a produção?

() Não

() Sim. Onde: _____

41. Como avalia o grau de importância do PAA/PNAE para vocês :

() muito importante () importante () indiferente (nem bom, nem ruim)

() Pouco importante () Não é importante

41.1 Espaço para comentários:

42. O que poderia ser melhorado?

Obs: orientar alunos para observar se o agricultor mencionará os seguintes aspectos: preço, logística, acompanhamento técnico, planejamento produtivo, gestão da produção

43. O que pensa que poderia fazer (ou ser feito) para melhorar sua participação no PAA/PNAE?

44. Outros comentários/observações
